

**UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI -
UNIVATES**



UNIVATES

**REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR NÃO
OBRIGATÓRIO**

CURSO DE DIREITO, BACHARELADO

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

Das Disposições Gerais

O estágio não obrigatório, assim como o estágio obrigatório, fundamenta-se na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio dos estudantes; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394/1996; e nas Diretrizes Curriculares dos cursos de Ensino Superior.

Da caracterização do Estágio

O estágio, segundo o art. 1º da Lei nº 11.788/2008, caracteriza-se como "um ato educativo escolar supervisionado", que tem como finalidade a preparação para o trabalho e para a vida cidadã dos estudantes que estão regularmente matriculados e frequentando curso em instituição de Ensino Superior.

O estágio não obrigatório que deve integrar o projeto pedagógico de cada curso é uma atividade opcional acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso, não se constituindo, porém, em um componente indispensável à integralização curricular.

O estágio não obrigatório pode ser aproveitado como uma atividade complementar até o limite de 120 horas, conforme previsto no regulamento das atividades complementares do Projeto Pedagógico do Curso de Direito.

Dos objetivos

Objetivo geral

Oportunizar ao estudante ampliar conhecimentos, aperfeiçoar e/ou desenvolver habilidades e atitudes necessárias para o bom desempenho profissional, vivências que contribuam para o adequado relacionamento interpessoal e a participação ativa na sociedade.

Objetivos específicos

Possibilitar ao estudante matriculado e que frequenta o curso de Direito, bacharelado, da Universidade do Vale do Taquari - Univates:

- vivenciar situações que ampliem o conhecimento da realidade na área de sua formação;
- ampliar o conhecimento sobre a organização e o desempenho profissional;
- interagir com profissionais da área em que irá atuar, que direta ou indiretamente se relacionam com as atividades profissionais, com vistas a desenvolver e/ou aperfeiçoar habilidades e atitudes básicas e específicas necessárias para a atuação profissional;
- compreender que, além da defesa ética dos direitos e interesses que lhe são confiados, deverá zelar pelo prestígio de sua categoria profissional e o aperfeiçoamento das instituições de Direito;
- identificar e solucionar as novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho, mediante a adequada atuação técnico-jurídica em diferentes instâncias.

Das exigências e critérios de execução

Das determinações gerais

A realização do estágio não obrigatório deve obedecer às seguintes determinações:

I - o estudante deve estar matriculado e frequentando regularmente o curso de Direito, bacharelado, da Universidade do Vale do Taquari - Univates;

II - é obrigatório concretizar a celebração de Termo de Compromisso entre o estagiário, a parte concedente do estágio e a Univates;

III - as atividades cumpridas pelo estudante em estágio devem compatibilizar-se com o horário de aulas e aquelas previstas no Termo de Compromisso;

IV - a carga horária da jornada de atividades do estudante estagiário será de no máximo 6 (seis) horas diárias e de 30 (trinta) horas semanais;

V - o período de duração do estágio não obrigatório não pode exceder a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estudante com deficiência;

VI - o estágio não obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, devendo o estudante receber bolsa ou outra forma de contraprestação das atividades que irá desenvolver. A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, também não caracteriza vínculo empregatício;

VII - o estudante em estágio não obrigatório tem direito a recesso remunerado equivalente a 30 (trinta) dias, sempre que o estágio tiver a duração igual ou superior a 01 (um) ano, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares. Caso o estágio tiver a duração inferior a 01 (um) ano, os dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional;

VIII - a unidade concedente deve contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme consta no termo de compromisso;

IX - as atividades de estágio não obrigatório devem ser desenvolvidas em ambiente com condições adequadas e que possam contribuir para aprendizagens do estudante estagiário nas áreas social, profissional e cultural;

X - cabe à Univates comunicar ao agente de integração se houver ou à unidade concedente, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares acadêmicas;

XI - segundo o art.14 da Lei 11.788/2008, “aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio”.

Das exigências e critérios específicos

I - O estágio não obrigatório do curso de Direito, bacharelado, envolve atividades relacionadas à área jurídica a serem desenvolvidas em empresas, em escritórios de profissionais liberais ou em órgãos/instituições públicas conveniados com a Univates.

II - O estágio não obrigatório deve constituir-se numa oportunidade para os acadêmicos do Curso de Direito atuarem na área jurídica como colaboradores no desenvolvimento de atividades envolvendo procedimentos, audiências, atendimento ao público e outras atividades que permitam o

conhecimento da realidade jurídica na região, aplicação de conhecimentos e o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais, sociais e culturais.

III - As atividades previstas no plano de estágio deverão ter afinidade com as disciplinas do curso de Direito, não sendo admitidas outras atividades que não específicas das carreiras da área jurídica.

IV - O estudante estagiário somente pode assumir atividades se houver um supervisor bacharel em Direito, indicado pela unidade contratante, para acompanhamento.

V - Para a realização do estágio não obrigatório, a unidade concedente tem liberdade de exigir a integralização mínima de determinado número de créditos no curso e adotar critérios específicos para seleção do estagiário.

VI - Deverá ser apresentado um plano de atividades previamente à assinatura do Termo de Compromisso, o qual será avaliado pelo coordenador do curso ou supervisor de estágio indicado pela Univates.

Das áreas/atividades de atuação

As áreas de atuação do estágio não obrigatório serão definidas a partir da unidade contratante, conforme as atividades realizadas por meio dela.

As atividades a serem realizadas pelos estudantes devem possibilitar a criação de competências específicas na área jurídica, tais como a disponibilidade para mediar conflitos, a capacidade de realização de pesquisa doutrinária e jurisprudencial, a capacidade de análise e busca por soluções técnicas para casos jurídicos, tudo sob a supervisão de um profissional indicado pela unidade concedente.

Das atribuições

Do professor supervisor de estágio

O professor supervisor do estágio não obrigatório é o coordenador de curso ou um professor indicado por ele, ao qual cabe acompanhar e avaliar as atividades realizadas pelo estagiário tendo como base o plano e o(s) relatório(s) do estagiário e as informações do profissional responsável na parte concedente.

Do supervisor da parte concedente

O supervisor da parte concedente é um profissional do quadro de funcionários e indicado pela empresa contratante, responsável pelo acompanhamento do estudante estagiário durante o desenvolvimento das atividades, devendo possuir formação superior no curso de Direito.

Cabe também ao supervisor indicado pela empresa concedente comunicar à Central de Carreiras da Univates qualquer irregularidade ou, se for o caso, a desistência do estudante estagiário, assim como efetuar os registros relacionados ao desempenho do estudante.

Do estagiário

Cabe ao estagiário contratado para desenvolver estágio não obrigatório:

- a) indicar a organização em que realizará o estágio não obrigatório à Central de Carreiras da Univates ou ao responsável administrativo do agente de integração;
- b) elaborar o plano de atividades e desenvolver as atividades acordadas;
- c) responsabilizar-se pelo trâmite do Termo de Compromisso, devolvendo-o à Central de Carreiras da Univates ou ao responsável administrativo do agente de integração, se houver, convenientemente assinado e dentro do prazo previsto;
- d) ser assíduo e pontual tanto no desenvolvimento das atividades quanto na entrega dos documentos exigidos;
- e) portar-se de forma ética e responsável;
- f) apresentar relatórios semestrais ao supervisor de estágio, detalhando as atividades realizadas.

Das disposições finais

A Central de Carreiras, o Núcleo de Apoio Pedagógico e os coordenadores de curso devem trabalhar de forma integrada no que se refere ao estágio não obrigatório dos estudantes matriculados nos cursos de Ensino Superior da Universidade do Vale do Taquari - Univates, seguindo as disposições contidas na legislação em vigor, nas normas internas e na Resolução 042/Consun/Univates, de 2 de julho de 2018.

As unidades concedentes, assim como os agentes de integração, devem seguir o estabelecido na legislação em vigor, as disposições do regulamento de estágio não obrigatório do curso de Direito e as normas e orientações da Universidade do Vale do Taquari - Univates que tratam do assunto.

Competências e habilidades

a.1) Competência: conhecimentos jurídicos e humanísticos básicos

Habilidades

- atuação jurídica com viés humanístico para enfrentamento dos desafios contemporâneos.

a.2) Competência: desenvolvimento ético interpessoal

Habilidades

- atuação ética com os demais operadores jurídicos e com as outras pessoas;
- observância do código de ética da categoria da qual faz parte.

a.3) Competência: conhecimento da dimensão interdisciplinar do Direito

Habilidades

- percepção da interdisciplinaridade do Direito, relacionando-o com os problemas e direitos humanos, e não apenas com um conjunto de normas.

a.4) Competência: utilização do raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica

Habilidades

- leitura, análise, compreensão e elaboração de textos, atos, documentos administrativos, normativos e judiciais, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- interpretação e aplicação do Direito nos âmbitos individual e social.

a.5) Competência: pesquisa e utilização da legislação, jurisprudência, doutrina, princípios e outras fontes de Direito pertinentes a cada caso

Habilidades

- produção de novos conhecimentos a partir do ensino, da pesquisa e da extensão;
- adaptação com sensibilidade e competência do conhecimento jurídico para solução dos problemas humanos novos e aqueles do cotidiano forense.

a.6) Competência: domínio de diversas áreas do Direito

Habilidades

- adequada utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- desenvolvimento de estratégias que proporcionem a superação da formação dogmática para pensar os códigos em geral, e não apenas aplicá-los, e, ao mesmo tempo, compreender juridicamente os fatos sociais.

a.7) Competência: inovação na área do Direito, para adequá-lo à realidade socioeconômica e tecnológica sempre cambiante

Habilidades

- domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

a.8) Competência: atuação em diferentes instâncias, administrativas e/ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos

Habilidades

- desenvolvimento pessoal, tanto no estágio interno como no externo;
- permanente repensar da prática jurídica.

a.9) Competência: utilização de julgamento na tomada de decisões na prevenção e resolução de conflitos

Habilidades

- adaptação das decisões judiciais às exigências de mudanças da sociedade brasileira;
- atuação extrajudicial na solução dos conflitos.

a.10) Competência: contribuição para o desenvolvimento humanístico e socioeconômico na região do Vale do Taquari e no Estado do RS

Habilidades

- _reconhecimento das particularidades do desenvolvimento regional e seus problemas específicos, sem descurar dos estaduais, nacionais e globais;
- formação de consciência crítica na região e no Estado do RS, comprometida com o contexto, uma vez que o estudante poderá manter vínculo residencial e de trabalho no Vale do Taquari ou no Estado, proporcionando repercussões sociais positivas relevantes, ajudando no desenvolvimento regional e seu entorno.
- Adaptação com sensibilidade e competência do conhecimento jurídico à solução de problemas humanos novos e àqueles do cotidiano forense;
- Análise crítica de informações de diferentes fontes;
- Análise da realidade a partir do diálogo argumentativo coerente;
- Análise das variáveis de uma atividade jurídica;
- Análise, descrição e interpretação das relações entre contextos e processos psicológicos, comportamentais e sociais;
- As habilidades serão desenvolvidas de acordo com o tema da disciplina escolhida pelo estudante;
- Atuação ética e humanística para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as exigências sociais atuais;
- Busca de soluções investigativas próprias aos atos expropriatórios;
- Compreensão acerca da jurisprudencialização do direito brasileiro;
- Compreensão, a partir de visão humanista, do regime geral e complementar da Previdência Social;
- Compreensão, conexão e efetivação do direito do mundo dos fatos;
- Compreensão da contextualização principiológica constitucional do sistema tributário nacional;
- Compreensão da estrutura e distinções entre monografia, artigo e paper;
- Compreensão da jurisdição internacional privada;
- Compreensão da norma constitucional como norteadora e integradora do sistema jurídico brasileiro;
- Compreensão das diversas espécies de responsabilidade jurídica;
- Compreensão das diversas modalidades de obrigações, de sua transmissão, adimplemento, inadimplemento e extinção;
- Compreensão da sociedade internacional e sua contextualização técnico-jurídica;
- Compreensão das relações coletivas de trabalho;
- Compreensão das relações e problemáticas envolvidas nas questões que abrangem as diversidades sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras face à afirmação dos direitos humanos;
- Compreensão da teoria geral do processo, da ciência do direito processual civil e do direito processual civil;
- Compreensão da teoria geral dos títulos de crédito;
- Compreensão de aspectos relativos ao processo administrativo, a partir de uma visão humanista;
- Compreensão de noção sobre a estrutura organizacional de escritórios de advocacia e ferramentas de marketing jurídico;
- Compreensão de noções gerais sobre o direito de empresa;
- Compreensão de noções relativas ao corpo de delito e seus efeitos processuais;
- Compreensão de noções sobre posse, propriedade e demais direitos reais;
- Compreensão de noções sobre sucessão legítima e testamentária, inventário e partilha;
- Compreensão do fenômeno cooperativista na seara jurídica brasileira;
- Compreensão do papel e dos princípios da Administração Pública;
- Compreensão do processo do trabalho;
- Compreensão do processo judicial tributário;
- Compreensão do raciocínio jurídico, argumentativo e persuasivo na análise e aplicação de acórdãos e enunciados de súmula;

- Compreensão do raciocínio jurídico argumentativo na produção e análise da prova e senso crítico acerca da atuação judicial em sentença;
- Compreensão dos desafios que a atuação profissional impõe na área trabalhista;
- Compreensão do texto acadêmico como processo e resultado de produção de conhecimento;
- Compreensão e uso dos mecanismos de coesão e de recursos de coerência na construção do texto e na produção de sentidos;
- Compreensão holística da criança e do adolescente e sua interface jurídica;
- Compreensão interdisciplinar do direito com visão ética e humanista no contexto atual;
- Compreensão, reconhecimento e valorização das diferentes linguagens e produções culturais manifestas nas sociedades contemporâneas e de suas funções na produção do conhecimento;
- Compreensão sobre a interdisciplinaridade envolvendo a solução das obrigações deixadas pelo falido;
- Compreensão sobre como se articulam os mecanismos de coesão na construção do texto acadêmico;
- Comprometimento ético e humanista na concretização da atividade profissional;
- Comunicação de forma desinibida, usando a linguagem formal e adequando os recursos de apoio ao texto oral;
- Comunicação na Língua Brasileira de Sinais encadeando as experiências culturais e as relações interpessoais, de trabalho e de gênero que se articulam por meio da língua;
- Conhecimento da adequada atuação técnica nas fases postulatória, saneadora e cognitiva/instrutória;
- Conhecimento da evolução histórica do Direito;
- Conhecimento da evolução histórica do Estado e suas relações político-institucionais;
- Conhecimento da legislação aplicada à criança e ao adolescente;
- Conhecimento da legislação pertinente à área ambiental;
- Conhecimento das normas de recuperação e de falência de empresas;
- Conhecimento das normas fundamentais do direito processual e do seu reflexo na aplicação das regras procedimentais;
- Conhecimento das particularidades processuais das ações com origem legislativa heterotópica;
- Conhecimento da teoria dos direitos intelectuais;
- Conhecimento da teoria geral do direito do trabalho e das relações individuais de trabalho;
- Conhecimento de noções básicas de normas do Direito brasileiro, de pessoas naturais e jurídicas e de bens;
- Conhecimento de noções básicas de teoria geral do Direito e de meios alternativos de resolução de conflitos, a partir de viés humanístico;
- Conhecimento de noções básicas sobre culpabilidade e pena;
- Conhecimento de noções básicas sobre o fenômeno delitivo e sua inter-relação com as garantias individuais;
- Conhecimento de noções de ética jurídica profissional;
- Conhecimento de noções gerais sobre fatos jurídicos, prescrição, decadência e meios de prova;
- Conhecimento de noções introdutórias relativas ao direito processual penal constitucional;
- Conhecimento de noções relativas às decisões e recursos processuais penais;
- Conhecimento de noções sobre o fenômeno criminológico;
- Conhecimento do processo administrativo tributário;
- Conhecimento e aplicação das normas da ABNT;
- Conhecimento e implementação de normas técnicas de planejamento, elaboração e apresentação escrita e oral de projeto de trabalho de conclusão de curso;
- Conhecimento e implementação de normas técnicas de planejamento, elaboração e apresentação escrita e oral de trabalho de conclusão de curso;
- Conhecimento e manuseio adequado da legislação pertinente à área penal;
- Conhecimento filosófico dos direitos humanos para enfrentamento de desafios atuais e futuros;
- Conhecimento sobre os atos atinentes à concretização dos diferentes comandos judiciais;
- Conhecimento sobre os mecanismos de criação jurisprudencial, sua estabilização, integridade e coerência;
- Construção e interpretação de diferentes formas de representação;

- Delimitação dos limites ético-jurídicos da responsabilidade civil;
- Desenvolvimento da curiosidade acerca da origem do litígio e da importância da conciliação e da mediação na solução de demandas judiciais de forma eficiente;
- Desenvolvimento de estratégias que proporcionem a superação da formação dogmática para pensar a legislação em geral, e não apenas aplicá-la, e ao mesmo tempo compreender juridicamente os fatos sociais;
- Desenvolvimento de potencialidades criativas, por meio de exercícios da expressão oral e corporal;
- Desenvolvimento de proposta de projeto de pesquisa;
- Desenvolvimento de raciocínio lógico, crítico e analítico;
- Diferenciação entre o processo de conhecimento e os procedimentos especiais, com suas particularidades técnicas;
- Domínio da redação oficial e extrajudicial e seus principais documentos;
- Domínio das diferentes formas de intervenção de terceiros e sua aplicação;
- Domínio da técnica processual na elaboração da petição inicial e do conhecimento dos métodos de aplicação do direito;
- Elaboração de paráfrases e manejo de diferentes vozes presentes no texto;
- Emprego de diferentes estratégias de leitura adequadas ao contexto textual, aos objetivos de leitura e às intenções comunicativas;
- Emprego de Raciocínio Lógico;
- Entendimento acerca da influência dos costumes sobre a temática dos títulos de crédito;
- Entendimento acerca das atribuições dos diferentes operadores do direito e da atuação da jurisdição como mecanismo de solução de conflitos, de fomento das garantias sociais e de concretização dos direitos humanos;
- Entendimento da noção da aplicabilidade de legislação e competência internacional;
- Entendimento de noções básicas sobre contratos em geral e sobre as várias espécies de contratos civis;
- Entendimento de noções sobre a jurisdição previdenciária;
- Entendimento do contexto sociopolítico inerente ao direito do trabalho;
- Entendimento do mundo a partir de conflitos internacionais e formas de cooperação;
- Entendimento dos atos administrativos e das suas consequências;
- Entendimento dos meios de defesa e garantia da supremacia da Constituição, por meio do controle da constitucionalidade das leis em geral e dos atos da Administração Pública;
- Equacionamento de problemas contratuais;
- Equacionamento de problemas familiares e busca de soluções harmônicas com as exigências interrelacionais;
- Estudo de solução de conflitos trabalhistas;
- Estudo do sistema tributário nacional;
- Identificação da fase executória da sentença penal condenatória;
- Identificação das características sociais, regionais e globais e das suas relações com o ambiente;
- Identificação das demandas passíveis de julgamento liminar de improcedência do pedido;
- Identificação das formas e dos efeitos do término da relação de emprego;
- Identificação das funções e responsabilidades da Administração Pública diante da sociedade, a partir de uma visão humanista;
- Identificação de aspectos relativos às configurações das famílias e seus desdobramentos;
- Identificação de direitos conexos;
- Identificação de formas alternativas de resolução de conflitos;
- Identificação de meios e instrumentos sobre ilícitos civis e penais;
- Identificação de modos interpretativos do Direito;
- Identificação de oportunidades;
- Identificação de procedimentos probatórios e cautelares na seara processual penal;
- Identificação de relações consumeristas;
- Identificação de tipos de sociedades, sua regularização, funcionamento e extinção;
- Identificação do problema jurídico apresentado e do correlato instrumental processual;
- Identificação dos atos processuais, compreensão da forma à luz do processo civil constitucional e correlação das invalidades/nulidades dos atos processuais com a causalidade das normas;
- Identificação dos casos práticos de responsabilidade civil, interpretação deles e aplicação

da legislação adequada, da visão jurisprudencial, principiológica e doutrinária;

- Identificação dos casos práticos de sucessão, interpretação e encaixe deles nas diversas fontes de direito cabíveis, inclusive com a identificação de sua relação com os direitos fundamentais;
- Identificação dos crimes em espécie;
- Identificação dos crimes em espécie, acrescentando-se os previstos em legislação esparsa;
- Identificação e manuseio adequado da legislação pertinente à área penal para garantir um equilíbrio entre o "jus libertatis" individual e a função penal de proteção de bens jurídicos;
- Identificação e manuseio adequado da legislação pertinente aos procedimentos especiais e de jurisdição voluntária;
- Identificação e manuseio adequado da legislação pertinente, correlacionando-a com a jurisprudência temática e com a aplicação dos institutos;
- Identificação e manuseio adequado dos recursos judiciais e suas espécies;
- Identificação e manuseio adequados da legislação pertinente à área penal com viés humanista;
- Identificação e manuseio prático adequado da legislação pertinente às áreas civil e processual civil com igual domínio da pesquisa doutrinária e jurisprudencial;
- Identificação e manuseio prático adequado da legislação pertinente às áreas penal e processual penal;
- Identificação, por meio de contextos sociológicos e antropológicos, dos processos de resolução de conflitos;
- Iniciativa e atitude empreendedora;
- Integração do contexto acadêmico com a realidade social e específica das áreas de graduação;
- Interpretação e aplicação do direito nos âmbitos social e individual na perspectiva constitucional e humanista;
- Interpretação e sintetização de textos acadêmicos;
- Interpretação humanística e ética na aplicação do Direito;
- Leitura com métodos de estudo;
- Leitura e interpretação conceitual de questões fundamentais nas diversas ciências;
- Leitura, escrita e interpretação de textos de doutrina e de outras fontes de direito;
- Leitura, redação e interpretação de textos de doutrina, legislação, jurisprudência e de outras fontes de direito;
- Manuseio adequado da legislação consumerista;
- Manuseio adequado de códigos e de legislação esparsa;
- Percepção da interdisciplinaridade do Direito a partir de sua evolução histórica;
- Percepção da leitura e da escrita como processo de construção e de produção de sentidos na interação autor-texto-leitor;
- Percepção de aspectos gerais sobre a judicialização do fenômeno delitivo;
- Percepção do Direito a partir de suas relações filosóficas entre verdade e justiça;
- Percepção do papel do indivíduo na sociedade que faz parte e a responsabilidade nas escolhas de seus representantes políticos;
- Percepção dos procedimentos penais e da atuação das partes;
- Percepção holística do ambiente;
- Percepção interdisciplinar do papel do Estado e do indivíduo na sociedade e suas complexidades;
- Problematização e busca de soluções que contemplem a participação ativa dos sujeitos envolvidos na resolução dos conflitos jurídicos e no acesso à garantia de direitos;
- Produção de textos acadêmicos respeitando a autoria, com argumentos coerentes, relevantes, teoricamente consistentes, em conformidade com o padrão linguístico e textual do gênero em questão;
- Questionamento dos conceitos preestabelecidos;
- Reflexão acerca dos pressupostos teóricos da ação científica e social;
- Resolução de problemas quantitativos com análise de resultados;
- Responsabilidade e ética no cumprimento das tarefas acadêmicas;
- Responsabilidade e ética no cumprimento de prazos de tarefas acadêmicas e na utilização de autoria das fontes consultadas para o TCC;
- Responsabilidade ética no cumprimento de obrigações profissionais;
- Responsabilidade no cumprimento de obrigações jurídicas;

- Responsabilidade socioambiental;
- Seleção de materiais confiáveis para auxiliar na pesquisa;
- Sistematização dos conceitos de cognição, tutelas de urgência e de evidência e a satisfação de direitos;
- Tratamento e tematização de problemas morais e éticos;
- Uso das novas tecnologias da comunicação, especialmente a internet;
- Uso da variedade linguística adequada ao gênero e à situação comunicativa, tanto na linguagem oral quanto na escrita, com foco na linguagem formal;
- Utilização adequada de códigos e de legislação esparsa;
- Utilização adequada de estratégias de compreensão com foco em objetivos previamente definidos;
- Utilização de diferentes estratégias na resolução de problemas;
- Utilização de jogos teatrais como facilitadores no processo de sensibilização, desinibição e vivência em grupo.;
- Utilização de raciocínio jurídico para identificar os pressupostos da responsabilidade civil;
- Utilização de raciocínio jurídico para solucionar problemas com direitos reais;
- Utilização de raciocínio jurídico-social, argumentação, persuasão e reflexão crítica;
- Utilização de redação crítica e autocrítica em peças processuais;
- Utilização de técnicas adequadas para o exercício profissional na prática trabalhista;
- Utilização de técnicas para a prática jurídica forense e extrajudicial.